

A CATEGORIA MODALIDADE E A (IN)DETERMINAÇÃO DE FRONTEIRAS

Nadja Paulino PESSOA¹

RESUMO: Neste trabalho, objetivamos discutir os limites tênues que se estabelecem entre os tipos de modalidade, uma vez que se torna extremamente difícil dizer onde termina uma e inicia outra. Para isso, recorreremos ao funcionalismo, o que pressupõe o uso de enunciados efetivamente realizados em Português. Vale ressaltar que muitos meios de expressão são polissêmicos, uma vez que se prestam à manifestação de diversos tipos de modalidade, o que constitui um problema na delimitação de suas fronteiras. Desse modo, por exemplo, parece haver uma relação entre a modalidade alética e modalidade deôntica, uma vez que “uma necessidade lógica determina uma lei moral” (Neves, 2006). Um outro ponto de interseção de fronteiras está na consideração de que alguns elementos modais não apresentariam o elemento subjetividade (Palmer, 1986), o que o fez reconhecer uma outra modalidade, a dinâmica. Tal problemática também está relacionada à modalidade epistêmica, já que uma mesma forma pode ter diferentes interpretações. Desse modo, parece-nos que essa questão se resolve quando recorreremos ao contexto em que o enunciado está inserido (Silva-Corvalán, 1995).

PALAVRAS-CHAVE: modalidade (deôntica, dinâmica, alética, epistêmica), polissemia, (in)determinação de fronteiras, contexto enunciativo.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Segundo Cervoni (1989), na lingüística contemporânea, a problemática das modalidades recuperou seu lugar pelos seguintes fatos: (i) desenvolvimento das pesquisas sobre lógica da linguagem; (ii) interesse na análise a partir da noção de Atos de Fala; e (iii) desenvolvimento da Semiótica. Desse modo, a descrição de um dos processos de constituição dos enunciados, a modalização, se diversificou bastante, o que dificultou a delimitação e o estabelecimento de parâmetros para as questões relacionadas à categoria modalidade.

¹ UFC. Programa de Pós-Graduação em Lingüística (PPGL - Bolsista da FUNCAP). Departamento de Letras Vernáculas. Rua C, quadra 3, bloco 14, apto. 203. Residencial Marcos Freire - Mondubim. CEP: 60762-593. Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: nadjapp@yahoo.com.br

Diversos estudos foram desenvolvidos sob vários pontos de vistas, tentando estabelecer as fronteiras, as semelhanças e, principalmente, as diferenças entre a diversidade de tipologia das modalidades. Entretanto, algumas investigações privilegiaram somente uma instância de análise: ou semântica, ou sintática, ou pragmática, o que é problemático, já que a modalidade manifesta-se por diferentes meios lingüísticos de modo a produzir diferentes efeitos de sentido. Em sendo assim, os estudos se diferem em relação à definição que se tem de modalidade e de seus tipos, bem como em relação à abordagem teórica adotada.

Objetivando discutir os limites tênues que se estabelecem entre os tipos de modalidade, organizamos o artigo em três partes. Na primeira parte, versamos sobre as concepções lógica e lingüística da modalidade, uma vez que as categorias estabelecidas pelo lógicos serviram de base para os estudos das línguas naturais. Na segunda parte, tratamos das tipologias da modalidade, segundo a perspectiva lingüística. Na terceira parte, procuramos mostrar a dificuldade na determinação das fronteiras de tal categoria com base em ocorrências do português, bem como salientar a importância do contexto na especificação do tipo de modalidade envolvida.

A MODALIDADE

A modalidade tem sido objeto de estudo dos mais variados enfoques teóricos ao longo do tempo, o que lhe confere caráter multidisciplinar. Além disso, vale ressaltar a dificuldade na delimitação desta categoria, uma vez que se trata de um campo de difícil apreensão, o que leva os estudiosos a fornecerem pontos de vista provisórios.

Ora o termo *modalidade* adquire uma concepção muito extensa, como a de Joly e

Roulland, que aproximam expressividade e modalidade; ora o termo adquire uma concepção mais restrita, como na Lógica (CERVONI, 1989).

Apesar de nosso interesse estar na modalidade lingüística, cabe-nos, antes, versar sobre a modalidade à luz da Lógica, uma vez que esta forneceu as bases para a modalidade lingüística, o que não quer dizer que elas coincidam, já que esta possui um caráter de *subjetividade* que aquela possui, pois o sujeito da enunciação ocupa posição privilegiada em relação ao enunciado por ele produzido.

As concepções lógica e lingüística da modalidade

Os primeiros a tentarem elaborar o conceito de modalidade foram os lógicos, cuja preocupação central era saber se a modalidade constituía ou não uma característica objetiva do mundo.

A partir dos estudos da Lógica Modal, considerou-se a realidade como tendo uma estrutura modal, que estava vinculada à noção de *mundos possíveis*², proposta por Leibniz. Essa noção fez que se alargasse o leque de possibilidades para a verificação dos valores de verdade ou falsidade das proposições. Daí as noções de *contingência* e *necessidade* estarem envolvidas à noção de *mundos possíveis*, os quais consistiriam, também, em matéria do discurso modal.

A distinção entre proposições tidas como verdades contingentes e necessárias estava relacionada a uma distinção modal: a modalidade *De Dicto*. A modalidade *De Re* estava relacionada à distinção entre as propriedades essenciais e acidentais de um dado objeto.

² Essa noção de *mundos possíveis* consiste em considerar não apenas o mundo atual, mas outros mundos que existem, existiram ou poderão existir. Podemos, pois, considerar como *mundos possíveis* os sonhos, as situações hipotéticas, ou seja, todo tipo de mundo imaginário.

Nos estudos sobre modalidade, os lógicos consideravam as modalidades *aléticas* ou *aristotélicas* como fundamentais, pois estavam relacionadas à verdade do conteúdo proposicional. Esse tipo de modalidade incluía a modalidade lógica (sentido das proposições), a modalidade analítica (sentido das palavras), a metafísica (sentido fixado pela natureza e identidade das coisas) e nomológica (sentido determinado pelas leis da natureza).

Tentando, pois, abarcar outras noções que tinham expressão nas línguas naturais, os lógicos ampliaram a noção de modalidade alética de modo a abranger as modalidades *epistêmicas* e as modalidades *deônticas* (CERVONI, 1989).

As modalidades *epistêmicas* foram “formuladas” de modo a abrigar as determinações que pertenciam ao registro do *saber*, abrangendo, portanto, noções como *certo*, *provável* e *possível*.

Com relação às modalidades *deônticas*, elas abrangiam todo tipo de expressão que implicasse uma referência a normas ou a critério social, individual, ético ou estético (*ibidem*, 1989), o que a relaciona às noções como *necessidade*, *obrigação*, *permissão* e *proibição*.

Essa ampliação serviu de base para os estudos de cunho lingüístico, o que não significa dizer que as relações estabelecidas pelos lógicos coincidam com a dos lingüistas, já que, para a Lingüística, a modalidade apresenta um caráter de *subjetividade*³ e de *não-factualidade* com relação à proposição que ela determina (PALMER, 1986). Além disso, a preocupação dos lingüistas está relacionada aos aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos da categoria modalidade. Desse modo, diversos tratamentos foram propostos para esta categoria, atentando ora para sintaxe (ROSS, 1969), ora para semântica (LYONS, 1977), ora para

³ Para Kurylowicz (1964 *apud* LYONS, 1977, p. 792), a *subjetividade* constituía um elemento para a distinção da necessidade epistêmica e da deôntica.

a pragmática (PARRET, 1988).

As análises de cunho lingüístico que utilizaram aspectos puramente sintáticos buscavam fazer uma distinção entre os modais deônticos (ou “de raiz”, “*root-modals*”) e os epistêmicos, cujo valor semântico subjacente de necessidade/possibilidade era o mesmo. A análise era feita a partir da observação da transitividade dos verbos modais. Sendo assim, os verbos modais epistêmicos foram descritos como intransitivos, e os modais deônticos, como transitivos.

Este tratamento sintático visava ao estudo da modalidade em termos de ambigüidade semântica dos enunciados, cujo sentido estaria no próprio sistema da língua, sem levar em consideração as circunstâncias de sua produção.

Como podemos perceber, a transitividade dos verbos modais constituía um recurso para estabelecer as fronteiras entre esses dois tipos de modalidade. Mas como explicar que um mesmo verbo modal possa ser, às vezes transitivo e às vezes intransitivo, como em “João pode ler”⁴? Parece-nos que a disretude dessa distinção era um dos problemas para a compreensão desta categoria.

Dentre as abordagens semânticas da modalidade, destacamos a de Lyons (1977). A preocupação central estava na sistematização formal e desambigüização de proposições modais em relação a mundos possíveis. Desse modo, o autor chama a atenção para o fato de que estruturas sintáticas como as mencionadas não permitiam considerar diferenças semânticas entre uma interpretação subjetiva e uma objetiva da modalidade epistêmica, por exemplo, o que o leva a postular a existência de um componente “eu-digo-assim” para as sentenças modalizadas subjetivamente e um componente “isto-é-assim”, qualificado segundo uma escala de factualidade, para as sentenças modalizadas objetivamente.

4 Exemplo retirado de Dall’Aglio-Hattner (1995, p.16).

Como vemos, ainda nessa abordagem não são considerados os contextos da enunciação na análise da categoria modalidade e, conseqüentemente, não se pode verificar eficazmente os efeitos de sentido dos modalizadores, uma vez que o foco está somente da função representativa da linguagem.

A partir da noção de Atos de Fala, a análise da linguagem ordinária (natural) passa a levar em consideração o contexto em que determinadas expressões ocorrem, de modo a explicar por que algumas expressões são utilizadas e outras não. Isto pressupõe a análise da linguagem em uso, considerando-se, portanto, o contexto, a finalidade e as normas e as convenções de uso da linguagem. Desse modo, a linguagem é vista, então, como uma forma de atuar/agir sobre o real e não só como representação da realidade. Além disso, a noção de “verdade” (tão necessária aos lógicos) é substituída pelas *condições de felicidade* de um ato de fala (AUSTIN, 1990).

Seguindo a mesma linha de Austin, Searle (1981) diz que falar uma língua é executar atos de fala, ou melhor, é adotar uma forma de comportamento intencional regida por regras. Sendo regida por regras, ela possui traços formais que permitem um estudo independente, o que o leva a dizer que é possível estudar a língua nos atos de fala.

Essa noção de atos de fala inclui a noção de intencionalidade, uma vez que a comunicação lingüística compreende um comportamento intencional, na medida em que a escolha por determinadas expressões são adequadas ao contexto, como afirma Searle (1981).

A partir das noções desenvolvidas por Austin (1990) e Searle (1981), há uma valorização da intencionalidade para explicar as atitudes proposicionais (objeto da semântica). As modalidades, então, passam a ser vistas como intencionais, uma vez que são produzidas de modo a executar um ato ilocucional, que visa a um determinado

efeito (ato perlocucionário) no ouvinte.

Segundo Parret (1988), a modalidade deve ser examinada do ponto de vista da pragmática lingüística, cujo objeto é um fragmento lingüístico dependente do seu contexto, o que pressupõe uma orientação semântica. Dessa forma, as modalidades e suas extensões devem ser estabelecidas por uma gramática semântico-pragmática.

Para o autor, as abordagens orientadas por uma gramática puramente sintática incorrem no insucesso, uma vez que “é necessário recorrer a uma semântica, se não a uma pragmática das modalidades, se se quer recuperar a estrutura distribucional, mesmo que superficial, das modalidades” (Parret, 1988, p.83-84). Isso implica em uma análise que considere o contexto da enunciação, que está composto de, pelo menos, três elementos: (i) produção intencional pelo locutor; (ii) reconhecimento da intenção (ou intenções) do locutor por parte do destinatário, e (iii) suporte situacional do processo. O que Parret (1988) sugere, portanto, é que a interpretação semântica deve ser completada pela pragmática.

Tal argumento tem fundamentação empírica, uma vez que algumas formas modais, que são equivalentes semanticamente a suas variantes perifrásticas⁵, estão distribuídas de modo diferentes destas. Desse modo, a desambigüização só é possível por mecanismos pragmáticos, de modo que, ao utilizar uma forma modal, o falante participa na enunciação, mostrando, pois, seu engajamento com o que diz; enquanto que, ao optar por variantes perifrásticas, o falante está ausente da enunciação.

AS TIPOLOGIAS DA MODALIDADE: UMA PERSPECTIVA LINGÜÍSTICA

⁵ Esse fenômeno denomina-se *homonímia isotópica*.

Vimos que a modalidade alética era a noção central na Lógica clássica, pois era definida como concernente à verdade das proposições. Entretanto, nas línguas naturais, são raros os casos de enunciados aleticamente modalizados, pois é improvável que “um conteúdo asseverado num ato de fala seja portador de uma verdade não-filtrada pelo conhecimento e pelo julgamento do falante”, conforme esclarece Neves (1996).

Segundo Lyons (1977), as modalidades lingüísticas devem ser investigadas como atitudes proposicionais, podendo ser subdivididas em *epistêmica* (objetiva e subjetiva) e *deôntica* (objetiva e subjetiva). Para ele, o mais natural é que tanto a modalidade epistêmica quanto a deôntica sejam subjetivas.

A modalidade *epistêmica*, segundo o autor, está relacionada ao conhecimento ou crença do falante em relação à verdade de uma proposição. Vale ressaltar ainda que, sob o rótulo de modalidade epistêmica, Lyons (1977) inclui as modalidades aléticas e epistêmicas de Von Wright. Desse modo, um enunciado epistemicamente modalizado é aquele em que o falante qualifica explicitamente seu comprometimento com relação à verdade da proposição. Nesse tipo de modalidade, é possível distinguir dois subtipos: a objetiva e a subjetiva. Essa distinção, entretanto, não é claramente feita no uso cotidiano da linguagem.

Na modalidade epistêmica objetiva, o falante está comprometido com a factualidade da proposição, ou seja, da informação que ele dá ao ouvinte. Desse modo, sentenças modalizadas objetivamente contêm o componente “isto-é-assim”. A proposição nesse tipo expressa um conhecimento geralmente aceito ou cientificamente comprovado. Daí sua aproximação com a alética.

A modalidade epistêmica subjetiva, por sua vez, está relacionada à expressão da opinião do falante, às inferências e aos boatos (*hearsay*), cujo componente é “eu-digo-assim”. Nesse tipo, podemos ver claramente o posicionamento do falante no próprio

componente proposto por Lyons (1977). Desse modo, uma proposição como (1) pode interpretada subjetivamente ou objetivamente, se relatadas como (1a) e (1b), respectivamente:

(1) *Pode* estar chovendo em Londres⁶

(1a) Ele expressou a opinião de que poderia estar chovendo em Londres

(1b) Ele me disse que deve estar chovendo em Londres (Se a sentença se referir a um meteorologista).

Como podemos perceber, a diferença entre uma sentença modalizada objetivamente ou subjetivamente depende não só do tipo de modalizador usado, mas também do papel que o falante assume no momento da interlocução. Além disso, vale ressaltar que o mesmo verbo modal *poder* (*may*) pode ser ambíguo não só do ponto de vista do tipo de modalidade (possibilidade epistêmica ou possibilidade deôntica), mas também do ponto de vista da objetivação ou não do enunciado, o que corrobora ainda mais a importância do contexto na interpretação dos modalizadores.

Com relação à modalidade deôntica, ela está relacionada à obrigação, à permissão e à proibição. Desse modo, a modalidade deôntica está associada à necessidade ou possibilidade de atos realizados por agentes moralmente responsáveis (Lyons, 1977). A proposição descreve, pois, um estado-de-coisas que será obtida caso o ato seja realizado.

Palmer (1986), por sua vez, define modalidade como “a gramaticalização das atitudes e opiniões (subjetivas) do falante”. Para ele, o elemento *subjetividade* é a característica essencial para definir esta categoria. Entretanto, surgem alguns problemas quando se considera o uso do modal *can*, uma vez que, para o autor, ele não envolveria nenhuma atitude ou opinião do falante, servindo somente para expressar a habilidade ou

⁶ Tradução minha. Exemplos extraídos de Lyons (1977, p. 799). *It may be raining in London / He expressed the opinion that it might be raining London / He told me it might be raining in London.*

capacidade do falante. Tal fato, o leva a propor a existência de três tipos básicos de modalidade: a *epistêmica*, *deôntica* e a *dinâmica*.

A modalidade *epistêmica* envolve as noções de possibilidade e necessidade, além de servir para indicar o grau de comprometimento do falante com o que ele diz. Enquanto que a modalidade *deôntica*⁷ inclui, sob este rótulo, todo tipo de modalidade que “contém o elemento de vontade”.

A modalidade *dinâmica* seria o tipo mais básico, pois está relacionada à capacidade, disposição, e à habilidade do sujeito, ou seja, é orientada para o sujeito, como em (2):

(2) “João *pode* falar Italiano” (*John can speak Italian*).

Há, segundo ele, simplesmente uma declaração acerca da habilidade de João falar Italiano, ou seja, o uso é orientado-para-o-sujeito. A modalidade *dinâmica* deveria ser excluída numa classificação tipológica da modalidade, coisa com a qual não concordamos, pois, em alguns casos, expressões atributivas de capacidade estão a serviço da modalidade *deôntica*, como veremos mais adiante.

Outros estudiosos, entretanto, preferem à denominação modalidade de ‘raiz’⁸ para fazer uma distinção em relação à modalidade *epistêmica*. O problema, para Palmer (1986), estaria no fato de o termo ‘raiz’ abarcar todo tipo de modalidade que não fosse *epistêmica*, inclusive a *dinâmica*.

Proposta semelhante à de Palmer (1986) é feita por Goossens (1987), que

⁷ Com base na noção de atos de fala de Searle, ele estabelece dois tipos básicos de modalidade *deôntica*: o *diretivo* e o *comissivo*. O autor também considera as modalidades volitivas e as avaliativas como pertencentes à modalidade *deôntica*, apesar de reconhecer que elas não são estritamente *deônticas*, nem tampouco *epistêmicas*. Como vemos, o termo *deôntico* abrange qualquer modalidade que não seja *epistêmica*.

⁸ O primeiro a usar esta terminologia parece ter sido Hofmann (Palmer, 1986, p. 103). Para Coates (1995), o termo modalidade “de raiz” abrange noções como permissão, obrigação, bem como as noções de possibilidade e necessidade.

denomina *modalidade facultativa* as noções de capacidade e volição, enquanto que modalidade deôntica se associa às noções de permissão e obrigação.

Em Halliday (2004), o termo *modalidade* está diretamente relacionado à polaridade, uma vez que aquela se refere a graus intermediários entre os pólos positivo e negativo. Para uma tipologia da modalidade, o autor leva em consideração a função subjacente da fala e a forma da sentença, o que permite distinguir modalização (probabilidade e usabilidade) e modulação (comando e oferta).

Hengeveld (1988) propõe a existência de três tipos de modalidade, a saber: a inerente, a objetiva (epistêmica e deôntica) e a epistemológica (subjativa, evidencial), dependendo do nível (ou camada) de atuação do modalizador.

A modalidade *inerente* refere-se à relação entre um participante e a realização do EC no qual ele está inserido. Configura-se, portanto, no nível da predicação, indicando, geralmente, capacidade, habilidade e volição. Corresponde, pois, a *modalidade dinâmica*, proposta por Palmer (1986).

Na modalidade *objetiva*, o falante avalia o estatuto de realidade de um EC designado na predicação. Tal avaliação é dita *epistêmica*, quando o falante concebe, segundo seu conhecimento, o estatuto de um EC conforme uma escala de possibilidade (certo>provável>possível>improvável> impossível)⁹. A *deôntica* é a modalidade na qual o falante concebe um EC de acordo com uma escala de permissividade (obrigatório> aceitável> permissível> inaceitável> proibido)¹⁰, segundo convenções morais, sociais ou legais. Em ambas, o falante está isento de responsabilidade, pois não existem marcas lingüísticas que revelem sua relação pessoal com o que é dito. Como vemos, a modalidade deôntica se dá no nível da predicação, que corresponde a função representacional da linguagem.

⁹ Cf. Neves (1996).

¹⁰ Cf. Neves (1996).

A modalidade *epistemológica* diz respeito à expressão do (des)comprometimento do falante em relação à verdade do conteúdo da proposição. Tal modalidade é subdividida em *subjativa*, na qual o falante se assume como fonte da informação, não podendo, por isso, ser questionada; e *evidencial*, na qual o falante, dependendo da sua intenção comunicativa, pode ou não indicar a fonte da informação, como forma de (des)comprometer-se com relação à mensagem que ele veicula. Como vemos, o grau de comprometimento está diretamente relacionado à origem da informação contida na predicação.

A modalidade subjativa é subdividida em *epistêmica* e *boulomaica*. Naquela, o evento é um construto - pensamento, crença e fantasia - do falante; enquanto que, na *boulomaica*, o falante expressa seus desejos e esperanças, indicando seu comprometimento emocional.

Na modalidade epistemológica evidencial, o falante não se mostra como fonte da informação, indicando a fonte de sua informação. O evento pode, assim, ser caracterizado como inferido (*evidencial inferencial*), como relatado a partir de uma outra fonte (*evidencial citativa*) ou como sendo experienciado por uma fonte qualquer (*evidencial experiencial*).

Nesta proposta, a categoria evidencialidade constitui um subtipo da categoria modalidade, fato que é rejeitado por Nuyts (1993), para quem há uma separação entre essas duas categorias, além de argumentar que a evidencialidade seria uma dimensão superior à modalidade.

Dall'Aglio-Hattner (1995), com base nesse ponto de vista, afirma que a relação entre modalidade epistêmica e evidencialidade interessa enquanto estratégia discursiva para diluição de responsabilidade, ou seja, ao fornecer a fonte de sua informação, o falante pode se (des)comprometer em maior ou menor grau.

Segundo Heine (1995), vários trabalhos têm focado na distinção básica entre modalidade orientada para o agente¹¹ e a modalidade epistêmica. Mas existem questões sobre esses tipos de modalidades que ainda não foram respondidas satisfatoriamente. Uma delas se refere à transição de um tipo de modalidade a outro: Será a transição discreta ou gradual?

Neste artigo, nossa pretensão não é fornecer resposta a essa questão, mas discutir os limites tênues da classificação com base em ocorrências reais do português. Salientamos que verbos modais como *dever* e *poder* se prestam à expressão de várias nuances, desde a modalidade dinâmica até a modalidade epistêmica, o que dificulta a delimitação das ocorrências por parte do analista. Em alguns casos, essa (in)determinação parece estar condicionada a construção discursiva, a polidez e outros. É sobre isso que tratamos no tópico seguinte.

A (IN)DETERMINAÇÃO DE FRONTEIRAS DA CATEGORIA¹²: UMA ANÁLISE NO PORTUGUÊS

Após as considerações acerca das tipologias da modalidade, pretendemos discutir os limites entre modalidade alética, dinâmica, modalidade deôntica e epistêmica, a partir de enunciados efetivamente realizados em diversos *corpora* do português.

A (in)determinação dessas fronteiras se deve em parte à polissemia dos verbos modais, bem como as diversas definições e tipologias, que tornam árduo o trabalho dos estudiosos da categoria modalidade.

11 Terminologia apoiada em Bybee e Pagliuca (1985) e Bybee et al (1994).

12 Concebemos a categoria modalidade como um domínio semântico-discursivo, uma vez que os elementos modalizadores contribuem na construção discursiva, com a produção de efeitos de sentido, sendo possível caracterizar um determinado discurso pelo uso que se faz dos modalizadores, sejam os deônticos sejam os epistêmicos.

Como vimos, Palmer (1986) reconhece um terceiro tipo de modalidade de modo a abarcar as expressões atributivas de capacidade, ao que ele denomina *dinâmica*. Entretanto, segundo ele, essa modalidade não deveria ser considerada num tipologia, uma vez ela não apresenta o caráter de subjetividade que as demais possuem.

Goossens (1987) considera também que as noções de capacidade e volição se prestam à expressão da modalidade *facultativa*. Segundo o autor, o termo *facultativo* está relacionado aos modais que podem ser combinados com ECs para produzir significados “existenciais”. Outros preferem o termo *modalidade de raiz*, pois engloba tanto as noções de capacidade quanto às noções de obrigação, ou seja, inclui todas as expressões não-epistêmicas.

Menezes (2007), entretanto, não considera consistentes essas propostas, uma vez que trechos dinamicamente modalizados podem constituir um recurso de modalização deôntica, como é o caso do discurso político. Vejamos:

[3] Ministro Alfredo Nascimento, *está em suas mãos* a decisão de terminar aqueles 30 quilômetros que significam economia muito grande para todo povo de Goiás, do Tocantins, do Maranhão, do Pará e do Piauí.¹³

Como podemos perceber, expressões, como “*está em suas mãos*”, constituem um dos recursos de atenuação das obrigações impostas nesse tipo de discurso. Salientamos, ainda, que a construção *está em suas mãos*, indicativa de capacidade, pode estar a serviço da modalidade deôntica, na construção da persuasão no discurso publicitário, como em [4]:

[4] Construir casa para os seus empregados é bom negócio para a sua empresa, para eles e o País.

¹³ Exemplo extraído de Menezes (2007), que analisou a inter-relação entre modalidade deôntica e discurso político.

E está em suas mãos com o Prohemp. (P-REA)¹⁴

Podemos dizer que, neste caso, a modalidade dinâmica serve de base para a instauração de uma fraca obrigação. O uso de uma expressão atributiva de capacidade serve como uma estratégia persuasiva de sedução, pois o enunciador apresenta uma imagem positiva do alvo, uma vez que ele é mostrado como alguém que pode ser um benfeitor para a sociedade, caso opte pela Prohemp.

Segundo Neves (2006, p.160), a modalidade disposicional, ou habilitativa, é no fundo uma possibilidade deôntica.

Com relação à modalidade alética, Lyons (1977) a considera como parte do que ele denominou *modalidade epistêmica*, o que nos parece equivocado, uma vez há casos em que sentenças aleticamente modalizadas podem estar a serviço da modalidade deôntica, como em [5]:

[5] Se você *precisa* corrigir miopia ou hipermetropia e tiver astigmatismo em grau igual ou menor que 1, abra os olhos para ACUVUE. (P- MCL)¹⁵

Em [5], o verbo *precisar* tem como escopo o verbo *corrigir* e serve para expressar uma necessidade alética que tem relação com o mundo ontológico. Nesse caso, o verbo modal se presta à instauração de uma obrigação deôntica.

Parece-nos, portanto, que a modalidade alética pode estar a serviço da modalidade deôntica, pois, como esclarece Neves (2006), sentenças *apenas* aleticamente modalizadas se tornam pouco claras no discurso. Desse modo, “uma necessidade lógica determina uma lei moral” (Neves, 2006). Assim, por estar relacionada ao mundo ontológico, uma necessidade alética pode implicar uma obrigação deôntica, caso o

14 Codificação da revista de onde foi extraída a ocorrência. Exemplo extraído de Pessoa (2007), que analisou a inter-relação entre modalidade deôntica e a persuasão no discurso publicitário.

15 Cf. Pessoa (2007).

predicado envolva o traço [+ con]¹⁶.

Ainda com relação à modalidade deôntica, Pessoa (2007), ao analisar o discurso publicitário, diz que há o uso de modalizadores com sujeitos inanimados e sem o traço [+ con], requerido em enunciados modalizados deonticamente.

Para ela, o que ocorre é que, por um processo metonímico, o produto faz referência à instituição que o produz ou ao indivíduo que o adquirirá, como em [6]:

[6] *Um Volkswagen* pode ser simples ou luxuoso, pode ser pequeno ou grande, mas *tem que durar*. (P-MAN)

Apesar da não-animacidade do sujeito, tais construções são reconhecidas pelos falantes como *orientados para o agente*, o que significa dizer que o **contexto** é importante para a interpretação desses modalizadores, uma vez que, a presença de *agentividade* pode ou não ser expressa explicitamente (COATES, 1983 *apud* HEINE, 1995). Desse modo, podemos dizer que a interpretação dos modalizadores deônticos, em alguns casos, depende de um esquema inferencial (todo tipo de conhecimento evocado pelo usuário para compreender um enunciado), que é ativado de acordo com o gênero textual.

Silva-Corvalán (1995), ao estudar os verbos modais, em Espanhol, sugere que a polissemia dos verbos modais, por exemplo, pode ser desfeita se levarmos em consideração o contexto, coisa com a qual concordamos, em parte. Vale ressaltar que, ainda que se recorra ao contexto, há casos em que essa distinção é difícil, como no caso abaixo:

[7/3] se você está na Universidade você **deve** saber que as assembléia/ na

16 O parâmetro [±con], segundo Dik (1997a), para a classificação de um Estado de coisas (EC) está relacionado ao primeiro argumento (A1) da estrutura de predicados e permite uma divisão em: Ecs [+con] – Posição, Ação, Atividade e Realização – e Ecs [-con] – Estado, Processo, Dinamismo e Mudança. Assim, um EC [+con] é aquele em que o A1 tem o poder para determinar ou não sua ocorrência, o que nos leva a dizer que A1 é o controlador de um EC.

Universidade... são feitas com meia dúzia de pessoas... em NOme do corpos discente... quando a assembléia de estudante ou em nome do corpo docente... (DID-10)¹⁷

Segundo Nogueira e Moreira (2007), o uso de o verbo modal *dever* pode ser interpretado como uma atribuição de capacidade, uma obrigação deôntica e ainda como uma probabilidade epistêmica. Parece-nos que essa ambigüidade é pretendida, em parte, pelo falante, já que a interpretação do que é dito cabe ao ouvinte, o que ajuda a preservar a face dos interlocutores, uma vez que o falante não é diretamente visto como um intrometido, nem o ouvinte é tido como um “subordinado”.

No que diz respeito às interseções entre as modalidades dinâmica, epistêmica e deôntica, parece-nos que, por encontrarem-se fora de um contexto real de uso da língua, os exemplos do modal “*can*”, fornecidos por Palmer (1986), parecem destituídos do elemento subjetividade. Entretanto, quando ele trata do envolvimento do falante, Palmer (1986, p. 102-103) diz que é possível distinguir nos usos de *can* e *may*¹⁸, ambos indicativos de permissão, um sentido objetivo e um sentido subjetivo, respectivamente. Dessa forma, ao usar o *can*, o falante se desassocia da permissão, enquanto que, ao usar o *may*, ele se associa à permissão.

Segundo Pessoa (2007), parece então haver um *continuum* com relação à subjetividade, como mostra o esquema a seguir:

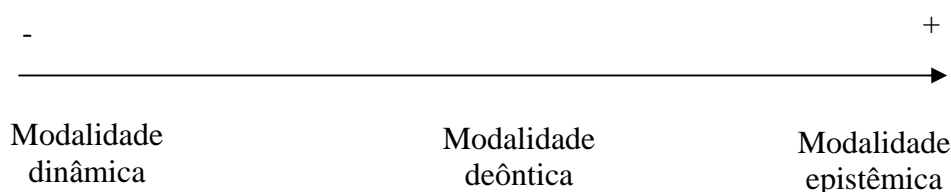


Figura 1: Escala de subjetividade

17 Exemplo extraído do artigo “A modalidade deôntica no Português oral culto de Fortaleza”, de Nogueira e Moreira (2007).

18 Em português, essa distinção é ainda mais difícil, já que o modal *poder* serve para expressar a modalidade dinâmica, a epistêmica e a deôntica.

Dentre as modalidades sugeridas por Palmer (1986), a que apresenta um menor envolvimento do falante seria a modalidade dinâmica, já que está relacionada à expressão da habilidade/capacidade do sujeito. No extremo oposto, temos a modalidade epistêmica, uma vez que ela se presta à expressão dos julgamentos e opiniões do falante em relação ao que é dito. A modalidade deôntica representaria o ponto intermediário do *continuum*, uma vez que há um envolvimento do falante com relação à execução de ações. Assim, seria mais adequado pensarmos em fluidez nas tipologias da categoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, tentamos trazer à baila alguns problemas relacionados à categoria modalidade, tais como: a delimitação da categoria, sua inter-relação com a categoria modo, os limites tênues que se estabelecem entre os diversos tipos de modalidade.

Para a discussão, recorreremos a vários trabalhos que inter-relacionam a categoria em questão à construção discursiva, tais como, o de Menezes (2006; 2007), o de Pessoa (2007) e o de Nogueira e Moreira (2007).

Salientamos ainda que a análise dos enunciado modalizados se torna extremamente difícil, uma vez muitos meios de expressão são polissêmicos ou estão em processo de gramaticalização. Parece-nos que, de um modo geral, os tipos de modalidade não constituem categorias discretas, mas formam um *continuum*, conforme mostramos a partir de Palmer (1986).

Por último, chamamos a atenção para o papel do contexto na interpretação das sentenças modalizadas, como base em Silva-Corvalán (1995) e Heine (1995). Salientamos, entretanto, que nem sempre essa desambigüização é possível, o que

permite que as diversas leituras de um elemento modal co-ocorram num enunciado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Tradução: Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BYBEE, J. L. & FLEISCHMAN, S. **Modality in Grammar and Discourse**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1995.

CERVONI, J. **A enunciação**. Tradução: L. Garcia dos Santos. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

COATES, J. The expression of root and epistemic possibility in English. In: BYBEE, J. & FLEISCHMAN, S. (Org.). **Modality in grammar and discourse**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995. p. 55- 66.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. **A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor**. 1995. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

DIK, C. S. **The Theory of Functional Grammar**. Vol. 1. Ed by Hengeveld (Kees) Berlin/ New York: Mouton de Gruyter, 1997a.

GOOSSENS, L. Modal shifts and predication types. In: AUWERA, J. V. der. & GOOSSENS, L. (Eds). **Ins and outs of predication**. Dordrecht/Holanda: Foris Publications, 1987. p. 21-37.

HALLIDAY, M. A. K. **An Introduction to Functional Grammar**. Baltimore: Edward Arnold, 2004.

HEINE, B. Agent-oriented vs. Epistemic modality. Some observations on German modals. In: BYBEE, J. & FLEISCHMAN, S. (Org.). **Modality in grammar and discourse**. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins publishing company, 1995. p. 17-53.

HENGEVELD, K. Clause structure and modality in Functional Grammar. In: AUWERA, J. V. der. & GOOSSENS, L. (Eds). **Ins and outs of predication**. Dordrecht/Holanda: Foris Publications, 1987. p. 53-66. Illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish. In: **Journal of Semantics**, v. 6, 1988, p. 227-269.

_____. Illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish. In: **Journal of Semantics**, v. 6, 1988, p. 227-269.

LYONS, J. **Semantics**. Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MENEZES, Léia Cruz de. **A Modalidade deôntica na construção da persuasão em discursos políticos**. 2006. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Programa de Pós-Graduação em Lingüística, UFC, Fortaleza.

_____. Expressões atributivas de capacidade: modalizadores deônticos? In: NOGUEIRA, M. T. (Org). **Estudos Linguísticos de Orientação Funcionalista**. Fortaleza: Edições UFC/GEF, 2007, p. 397-408.

NEVES, M. H. de M. A modalidade. In: KOCH, I.G.V. (org.). **Gramática do português falado**. Vol. VI: desenvolvimentos. Campinas: Editora da UNICAMP - FAPESP, 1996, p. 163-199.

_____. **Texto e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NOGUEIRA, M. T. & MOREIRA, H. B. A modalidade deôntica no Português oral culto de Fortaleza. In: NOGUEIRA, M. T. (org.). **Estudos de Orientação Funcionalista**. Fortaleza: Edições UFC/GEF, 2007.

NUYTS, J. Epistemic modal adverbs and adjectives and the layered representation of conceptual and linguistic structure. In: **Linguistics**, v. 31, 1993, pp. 933-969.

PALMER, F. R. **Mood and Modality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

PARRET, H. **Enunciação e Pragmática**. Tradução: Eni P. Orlandi; Marco A. Escobar; Maria A. Babo; Paulo Otoni; Raquel S. Fiad e Rodolfo Ilari. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

PESSOA, N. P. **Modalidade deôntica e persuasão no discurso publicitário**. 2007. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Programa de Pós-Graduação em Lingüística, UFC, Fortaleza.

SEARLE, J. R. **Os actos de fala**. Um ensaio de Filosofia da Linguagem. Coordenação de tradução: VOGT, Carlos. Coimbra: Livraria Almeida, 1981.

SILVA-CORVALÁN, C. Contextual conditions for the interpretations of ‘poder’ and ‘deber’ in Spanish. In: BYBEE, Joan. & FLEISCHMAN, Suzanne (Org.). **Modality in grammar and discourse**. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995. p. 67-105.